

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**AUTOS DE INQUÉRITO –
DESMEMBRAMENTO.**

OFÍCIO – JUNTADA.

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

O Procurador-Geral da República requereu a abertura de inquérito para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986. Aponta declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Pediu

INQ 4435 / DF

o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimento referidos.

Sublinhou o relato de Leandro Andrade Azevedo sobre solicitação e pagamento de valores ao citado parlamentar, a pretexto da campanha eleitoral ao cargo de Deputado Federal no ano de 2010. Ressaltou terem sido as transações facilitadas por Eduardo Paes, ex-prefeito do Município do Rio de Janeiro, por meio de contato com Benedicto Barbosa da Silva Júnior, líder empresarial da área de infraestrutura da construtora Odebrecht. Aduziu haver o colaborador afirmado o repasse, pelo citado grupo empresarial, de mais de R\$ 15.000.000,00 a Eduardo Paes, ante o interesse na facilitação de contratos relativos às Olimpíadas de 2016, indicando documentos que, consoante argumenta, corroboram as informações prestadas. Aduz o recebimento, pelo detentor de mandato eletivo, de R\$ 300.000,00, de maneira oculta, para a campanha à Prefeitura.

O relator inicial, ministro Edson Fachin, em 4 de abril de 2017, à folha 18 à 22, deferiu a instauração do inquérito, aludindo ao artigo 21, inciso XV, do Regimento Interno do Supremo. Determinou o levantamento do sigilo dos autos e a remessa à autoridade policial para que, no prazo de 30 dias, atendesse às diligências especificadas pelo Ministério Público.

Por meio da petição/STF nº 17.797, à folha 26 à 30, o colaborador Leandro Andrade Azevedo interpôs agravo interno contra ao ato alusivo ao levantamento do sigilo. Aberta vista ao Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, mediante a petição/STF nº 22.666, apresentou contraminuta, à folha 81 à 96, requerendo o desprovimento do recurso.

Com a petição/STF nº 19.704/2017, os investigados Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes protocolaram agravo interno visando a reconsideração da decisão do ministro Edson Fachin que implicou a instauração do inquérito.

INQ 4435 / DF

Buscaram a livre distribuição dos autos, alegando ausentes elementos a gerarem prevenção. Instado a manifestar-se, o Procurador-Geral da República, por meio da petição/STF nº 22.665, à folha 72 à 80, preconizou o acolhimento do pedido formulado pelos agravantes. O Relator, em 12 de maio de 2017, submeteu a questão à Presidência do Supremo.

Em 17 de maio último, a presidente, ministra Cármen Lúcia, determinou a livre redistribuição do inquérito, cuja relatoria ficou a cargo de Vossa Excelência, em 25 de maio imediato. Os autos vieram conclusos na mesma data.

Mediante a petição/STF nº 30.025, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro encaminha o Ofício nº 220/17 da Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, com o qual solicita cópia integral, preferencialmente via mídia digital, do termo de depoimento do colaborador Benedicto Barbosa da Silva Júnior, para fins de instrução de inquérito civil nº 2016.00326695, instaurado no âmbito da Instituição.

Anoto encontrar-se pendente de análise o incidente – agravo interno – formalizado contra a decisão que resultou no levantamento do sigilo dos autos.

2. A competência do Supremo é de Direito estrito. Sob o ângulo penal, somente devem tramitar no Tribunal os inquéritos concernentes a detentores de prerrogativa de foro, ou seja, do direito de, ajuizada ação penal, virem a ser julgados por ele.

3. Providenciem:

a) O desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado que não detém prerrogativa de foro;

INQ 4435 / DF

b) A anotação, no cabeçalho, como investigado, apenas do nome do deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira.

4. Juntem a petição e o ofício oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Indefiro, por ora, a solicitação de cópia do depoimento prestado por colaborador, para instrução de inquérito civil, ante a pendência de apreciação de agravo interno contra o ato alusivo ao levantamento do sigilo dos autos.

5. Imprimam preferência, vindo-me com informações para relatório e voto em agravo.

6. Publiquem.

Brasília, 23 de junho de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator